



04/05/2023

Número: **0800619-52.2023.8.19.0076**

Classe: **TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de São José do Vale do Rio Preto**

Última distribuição : **28/04/2023**

Valor da causa: **R\$ 3.128,40**

Assuntos: **Fornecimento de medicamentos**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROBSON RIBEIRO RAMPINI (REQUERENTE)			
MUNICIPIO DE SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO (REQUERIDO)			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
56020193	28/04/2023 12:13	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
56019330	28/04/2023 12:09	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
55981344	28/04/2023 09:18	<a href="#">ROBSON RIBEIRO - MEDICAMENTOS (1).pdf</a>	Petição Inicial
55981345	28/04/2023 09:18	<a href="#">Receita médica 3</a>	Outros Anexos
55981346	28/04/2023 09:18	<a href="#">Laudo Ecodopplercardiografia c mapeamento de fluxo</a>	Outros Anexos
55981347	28/04/2023 09:18	<a href="#">Comprovante de residência Robson</a>	Outros Anexos
55981348	28/04/2023 09:18	<a href="#">Laudo Videoendoscopia Digestiva Alta</a>	Outros Anexos
55981349	28/04/2023 09:18	<a href="#">Declaração de Hipo</a>	Outros Anexos
55981350	28/04/2023 09:18	<a href="#">Tomografia Computadorizada de crânio</a>	Outros Anexos
55981951	28/04/2023 09:18	<a href="#">laudo médico 2</a>	Outros Anexos
55981952	28/04/2023 09:18	<a href="#">Diagnóstico de internação</a>	Outros Anexos
55981953	28/04/2023 09:18	<a href="#">Laudo de Ecodopplercardiografia</a>	Outros Anexos
55981954	28/04/2023 09:18	<a href="#">ANEXO 3 - ORÇAMENTO</a>	Outros Anexos
55981955	28/04/2023 09:18	<a href="#">Receita médica</a>	Outros Anexos
55981956	28/04/2023 09:18	<a href="#">ANEXO 2 - ORÇAMENTO 2</a>	Outros Anexos
55981957	28/04/2023 09:18	<a href="#">Declaração IRPF</a>	Outros Anexos
55981958	28/04/2023 09:18	<a href="#">ANEXO 1 - ORÇAMENTO 1</a>	Outros Anexos
55981959	28/04/2023 09:18	<a href="#">Laudo Médico 1</a>	Outros Anexos

55981 960	28/04/2023 09:18	<a href="#">Comprovante de residência Marcela</a>	Outros Anexos
55981 961	28/04/2023 09:18	<a href="#">Comunicado de decisão Previdência Social</a>	Outros Anexos
55981 962	28/04/2023 09:18	<a href="#">Carteira de trabalho Robson</a>	Outros Anexos
55981 963	28/04/2023 09:18	<a href="#">Receita médica 2</a>	Outros Anexos
55981 964	28/04/2023 09:18	<a href="#">CNH Robson</a>	Outros Anexos

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**

**Comarca de São José do Vale do Rio Preto**

**Vara Única da Comarca de São José do Vale do Rio Preto**

Rua Senhor dos Passos, 37, Centro, SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ - CEP: 25720-448

**DECISÃO**

Processo: 0800619-52.2023.8.19.0076

Classe: TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE (12135)

REQUERENTE: ROBSON RIBEIRO RAMPINI

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-DPGE

REQUERIDO: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1- Defiro a JG. 2- Cuida-se de pleito de entrega de medicação ordinária. Defiro a tutela para fins de que os réus conduzam a entrega da medicação, em 15 dias, sob pena de sequestro, diante da indicação para fins de tratamento de saúde, facultando ao Município que esclareça se o autor ou a Defensoria Pública fizeram contato prévia para fins de cadastro e retirada da medicação diretamente nos órgãos de saúde. Cite-se e intime-se, por OJA PLANTONISTA.

SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 28 de abril de 2023.

RUBENS SOARES SA VIANA JUNIOR

Juiz Titular



Certifico que as custas não foram recolhidas face ao pedido de gratuidade de justiça na inicial.







## **DEFENSORIA PÚBLICA** DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**AO JUÍZO DA VARA ÚNICA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO  
PRETO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PRIORIDADE: DOENÇA GRAVE**

**ROBSON RIBEIRO RAMPINI**, brasileira, casada, auxiliar de serviços gerais, portador da carteira de identidade nº 087738399 expedida por IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 032.531.177-31, residente e domiciliado à Rodovia Bianor Martins Esteves – Servidão Miguel Alves, nº 1073, Boa Vista, São José Do Vale Do Rio Preto - RJ, CEP: 25780-000 (ref.: ao lado da Nutrivita), telefone (24) 992539784 e 988622005, endereço eletrônico: marceladinizrampini1@gmail.com, vem, por intermédio da Defensoria Pública do Estado do Estado do Rio de Janeiro, com fundamento nos arts. 196 e seguintes da CRFB/88, propor a presente

---

### **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER**

#### **COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA**

---

em face do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 32.001.836/0001-05, a ser citada na pessoa de seu representante legal, com sede na Rua Professora Maria Emília Esteves, nº, 617, Centro, São José do Vale do Rio Preto, CEP 25.780-000, e do **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 42.498.600/0001-71, localizado na Rua do Carmo, nº 27, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.011-020, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**

**Telefone: 24-2224-8250**

**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## **DEFENSORIA PÚBLICA** DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### **I – DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

Inicialmente, afirma, para os fins dos arts. 98 e 99 do CPC, art. 115 do Decreto-lei estadual nº 5/75 e arts. 17, X, e 43, IX, da Lei Estadual nº 3350/1999, que não possui recursos financeiros para arcar com o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e do de sua família, razão pela qual FAZ JUS AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA, e indica a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO para o patrocínio dos seus interesses.

De tal modo, informa, desde já, que o Defensor Público utilizará a prerrogativa do prazo em dobro conferida pelo artigo 128, I, da LC 80/94, artigo 5º, parágrafo 5º, da Lei nº 1.060/50 (que não foi revogado pelo NCPC), pelos arts. 186 e §§ da Lei nº 13.105/15, tendo em vista a inexistência de dispositivo em contrário.

### **II- DOS FATOS**

O Autor é portador de **HIPERTENSÃO ARTERIAL (CID 10 I10)**, **INSUFICIÊNCIA CARDÍACA (CID 10 I50)**; **DIABETE MELLITUS (CID 10 E11)**, e com histórico de **ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL – AVC (CID 10 I64)**, e necessita, com urgência, conforme declaração expedida pelo médico Dr. Fábio José Christo Weinschutz, CRM-RJ 460458, fazer uso contínuo dos seguintes medicamentos para a manutenção de sua sobrevivência:

1. **JARDIANCE 25MG (princípio ativo: empagliflozina) – 1/2 comp. ao dia (15 COMP/MÊS):**

**Quantitativo mensal: 15 comprimidos ao mês.**

**Valor unitário: R\$ 261,95 (caixa com 30 comprimidos)**

**Valor mensal: R\$ 130,97**

2. **BENICAR ANLO 40/10MG (princípio ativo: besilato de anlodipino) – 1 comp. ao dia (30 COMP/MÊS):**

**Quantitativo mensal: 30 comprimidos ao mês.**

**Valor unitário: R\$ 78,53 (caixa com 30 comprimidos)**

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**

**Telefone: 24-2224-8250**

**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## **DEFENSORIA PÚBLICA** DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Valor mensal: R\$ 78,53

**3. BISOPROLOL 5MG (princípio ativo: hemifumarato de bisoprolol) – 1 comp. ao dia (30 COMP/MÊS):**

Quantitativo mensal: 30 comprimidos ao mês.

Valor unitário: R\$ 33,06 (caixa com 30 comprimidos)

Valor mensal: R\$ 33,06

**4. ASPIRINA PREVENT 100MG (princípio ativo: ácido acetilsalicílico) – 1 comp. ao dia (30 COMP/MÊS):**

Quantitativo mensal: 30 comprimidos ao mês.

Valor unitário: R\$ 18,14 (caixa com 30 comprimidos)

Valor mensal: R\$ 18,14

**Valor total mensal: R\$ 260,70**

Todavia, o Autor, pessoa humilde e carente de recursos, não possui condições de adquirir os medicamentos indispensáveis à manutenção de sua saúde e de sua própria vida.

E expedido ofício à Farmácia Municipal do Município de São José do Vale do Rio Preto (documento em anexo), o Autor não obteve êxito: **o Município respondeu que os medicamentos não se encontram padronizados em nenhuma relação oficial de medicamentos para dispensação no SUS” e, portanto, não é fornecido administrativamente.”**

O argumento, por óbvio, não é escusa legítima, e não merece acolhida. A Carta Maior (arts. 196, 197, 198 e 200), inspirada nos ideais do Movimento da Reforma Sanitária, é categórica no sentido de que é dever de todos os entes federativos garantir o acesso universal, igualitário e integral aos medicamentos, ações e serviços de saúde, concebidos como de relevância pública e indisponíveis.

Portanto, e à luz dos princípios da máxima efetividade dos direitos fundamentais, da unidade, da força normativa e da interpretação conforme a

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**  
**Telefone: 24-2224-8250**  
**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Constituição Federal, é certo que eventuais restrições e entraves burocráticos de *status* infraconstitucional não podem limitar o acesso integral à saúde. Sobretudo quando estas restrições e entraves acarretam, muitas vezes, como será melhor explicado abaixo, o engessamento da administração pública em relação a novas descobertas e avanços da medicina (inviabilizando que sejam, assim, desfrutadas pelos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS) ou decorrem de critérios de custo-efetividade que refletem interesses econômicos secundários do Estado, inoponíveis ao valor maior da dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB/88). Não foi outro o entendimento pacificado no Enunciado nº 04 do Aviso nº 94 de 04/10/2010 do Tribunal de Justiça deste Estado:

*“4. A obrigação dos entes públicos de fornecer medicamentos não padronizados, desde que reconhecidos pela ANVISA e por recomendação médica, compreende-se no dever de prestação unificada de saúde e não afronta o princípio da reserva do possível.”*

E o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da STA nº 175-CE:

*“Quanto aos novos tratamentos (ainda não incorporados pelo SUS), é preciso que se tenha cuidado redobrado na apreciação da matéria. Como frisado pelos especialistas ouvidos na Audiência Pública, o conhecimento médico não é estanque, sua evolução é muito rápida e dificilmente suscetível de acompanhamento pela burocracia administrativa.*

**Se, por um lado, a elaboração dos Protocolos Clínicos e das Diretrizes Terapêuticas privilegia a melhor distribuição de recursos públicos e a segurança dos pacientes, por outro a aprovação de novas indicações terapêuticas pode ser muito lenta e, assim, acabar por excluir o acesso de pacientes do SUS a tratamento há muito prestado pela iniciativa privada. Parece certo que a inexistência de Protocolo Clínico no SUS não pode significar violação ao princípio da integralidade do sistema, nem justificar a diferença entre as opções acessíveis aos usuários da rede pública e as disponíveis aos usuários da rede privada. Nesses casos, a omissão administrativa no tratamento de determinada patologia poderá ser objeto de impugnação judicial, tanto por ações individuais como coletivas”** (Destacamos).

Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000  
Telefone: 24-2224-8250  
dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ora, a vida e a saúde do Autor não podem esperar, pois a dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB/88), repita-se, é imponderável e inadiável.

Assim, certo que a demora no início do tratamento do Autor acarreta sérias complicações em seu estado de saúde e antecipa, esta é a cruel realidade, a sua morte, não lhe resta outra solução senão recorrer à força coercitiva do Poder Judiciário, que, no tema, é de se reconhecer, possui papel único e enobrecedor.

### V – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A procedência do pleito é de rigor, pois não há dúvida de que o Autor possui direito subjetivo aos fornecimentos dos medicamentos **JARDIANCE 25MG (princípio ativo: empagliflozina), BENICAR ANLO 40/10MG (princípio ativo: besilato de anlodipino), BISOPROLOL 5MG (princípio ativo: hemifumarato de bisoprolol), e ASPIRINA PREVENT 100MG (princípio ativo: ácido acetilsalicílico)**, única alternativa apta a lhe resguardar a saúde a própria vida.

Com efeito, ao cuidar da ordem social, a Constituição de 1988 assegura a todos os indivíduos o direito à saúde, e estipula o correlato dever jurídico do Estado de prestá-la (art. 196):

*“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Destacamos).*

Trata-se, enquanto direito fundamental de segunda geração, de verdadeira liberdade real ou concreta que impõe ao Estado uma prestação positiva, consistente em um *facere*. Sua inadimplência, consoante já advertiu diversas vezes o Supremo Tribunal Federal, importa em flagrante e inescusável violação negativa à Constituição:

“O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA.”

Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000  
Telefone: 24-2224-8250  
dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar.

- O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional.

### A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE.

- O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode convertê-la em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado.

### DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR.

- O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, 'caput', e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF."

(RE 393.175-AgR/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Como se vê, embora assegurada fora do rol exemplificativo do artigo 5º da Constituição Federal, o direito à saúde, consequência indissociável

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**  
**Telefone: 24-2224-8250**  
**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**







## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

do direito constitucional à vida e à dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB/88), constitui prerrogativa jurídica indisponível e de extrema importância.

Verifica-se, assim, a manifesta existência de um dever jurídico primário do Estado, a ser cumprido pelos três centros de competência independentemente de eventual repartição interna de atribuição administrativa: a prestação da saúde pública (Enunciados nºs 65 e 115 da Súmula do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro). Nesse sentido, a lição da Professora Márcia Cristina Gutiérrez Slaibi na Revista de Direito do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, v. 55, 2003, sobre o Direito Fundamental à Saúde – Tutela de Urgência:

*“O federalismo cooperativo acolhido pela Constituição Federal de 1988 consagrou, no tema da saúde pública, a solidariedade das pessoas federativas, na perspectiva de que a competência da União não exclui a dos Estados e dos Municípios (inciso II do artigo 23 da CRFB/88). É o que se extrai do disposto no artigo 196 e seguintes.”*

*“A solidariedade é instituto do Direito Civil e está prevista no art. 896 do Código Civil brasileiro de 1916 e no artigo 265 do novo Código Civil de 2002, cabendo ao credor escolher qual dos devedores deseja acionar (art. 898 do Código Civil brasileiro de 1916 e art. 267 do novo Código Civil de 2002).*

*Tal destaque é de grande relevância, pois o cidadão hipossuficiente poderá escolher qual dos entes federativos irá acionar para ver efetivado o seu direito fundamental à saúde e de nada adiantará, como sói acontecer, as arguições, pelo Estado e pelo Município, de ilegitimidade passiva ad causam ou mesmo os pedidos de chamamento ao processo dos demais entes federados”.*

E é claro, como dever correlato a uma garantia fundamental, deve ser prestado com a máxima eficiência (art. 37 da CRFB/88) e a máxima efetividade possível (art. 5º, §1º, da CRFB/88). Não basta, portanto, a sua mera existência. Sob tal ângulo, vale destacar interessante julgado do Superior Tribunal de Justiça, divulgado no informativo nº 433 nos seguintes termos:

### **“MEDICAMENTOS. FORNECIMENTO. SUS.**

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**  
**Telefone: 24-2224-8250**  
**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Cuida-se de saber se pessoa portadora de doença crônica tem direito líquido e certo a obter do Estado, gratuitamente, medicamentos de alto custo, quando não atende requisitos previstos no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde. No caso, o paciente impetrou, na origem, mandado de segurança com pedido de liminar, objetivando o fornecimento de medicamentos (Interferon Peguilado e Ribavirina) para o tratamento da doença hepatite crônica do tipo C da qual é portador, sendo denegada a segurança, entre outros motivos, por ser portador do vírus com genótipo 3a, quando a Portaria n. 863/2002 do Ministério da Saúde restringe o fornecimento do medicamento apenas a portadores de vírus com genótipo 1, gerando o presente recurso interposto pelo Parquet estadual. É cediço que o mandado de segurança, representando instrumento processual de tutela de direito subjetivo público constitucional, goza de eminência ímpar, em que é possível a cognição profunda no mandamus. In casu, foi demonstrado o direito líquido e certo na via mandamental, pois o impetrante comprovou que sofre da enfermidade apontada mediante laudos e exames médicos realizados tanto em laboratório central do Estado como em laboratórios particulares. Também é consabido que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado (art. 196 da CF/1988). Porém, conforme destacou o Min. Relator, na aplicação das normas constitucionais, a exegese deve partir dos princípios fundamentais para os setoriais, merecendo destaque a proteção à dignidade humana, valor influente sobre todas as demais questões. **Assim, o Estado deverá propiciar aos necessitados não qualquer tratamento, mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento.** Dessarte, entendeu o Min. Relator que, nas situações limítrofes em que há risco para a saúde humana e uma alegada ineficiência do medicamento, como na hipótese, a resposta judicial não pode deixar a vida humana ao desabrigo, deve propender para a valorização da dignidade da vida humana. Muito embora sejam genótipos diferentes de hepatite e haja dúvida quanto sua eficácia, a solução deve ser pró-cidadão, há de superar quaisquer barreiras legais. No mesmo sentido, o parecer ministerial ressaltou que, embora a Portaria n. 863/2002 do Ministério da Saúde trace critérios objetivos para o fornecimento gratuito de medicamentos, não pode ela se sobrepor ao direito constitucional à saúde, sendo suficientes a comprovação de hipossuficiência e os laudos médicos indicando a urgência do tratamento. Já o Min. Hamilton Carvalhido observou que a ação do Judiciário mostra-se como um componente do Estado democrático de direito, não podendo ficar inerte diante de fatos de interesse geral, principalmente daqueles que tocam aos direitos fundamentais. Com essas considerações, entre outras, a Turma, ao prosseguir o julgamento, por maioria, deu provimento ao recurso para conceder a segurança. Precedente citado do STF: AgRg na STA 175-CE, DJe 30/4/2010. RMS 24.197-PR, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 4/5/2010” (Destacamos).*

Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000  
Telefone: 24-2224-8250  
dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br







## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em tal contexto, é de se afirmar: o dever estatal de atribuir efetividade ao direito fundamental à saúde qualifica-se como expressiva limitação à discricionariedade administrativa. Vale dizer, o administrador não possui discricionariedade para deliberar sobre a conveniência e a oportunidade de concretização de um compromisso constitucional. Notadamente quando em jogo o direito fundamental à vida e à dignidade humana (mínimo existencial), que são imponderáveis.

E da dinâmica dos fatos narrados, não há dúvida de que se verifica, no caso, flagrante violação do dever estatal de prestação do serviço público de saúde. Como se viu, apesar de formulado pleito administrativo, nem o Estado do Rio de Janeiro nem o Município São José do Vale do Rio Preto/RJ se dispuseram a fornecer os medicamentos indispensáveis, segundo médico oficial da rede pública de saúde (cuja declaração possui, portanto, presunção de legalidade e legitimidade), à manutenção da saúde e vida digna a Autora.

### MEDICAMENTOS REGISTRADOS NA ANVISA

Nada autoriza tão grave omissão: os medicamentos **JARDIANCE 25MG** possui registro na ANVISA (registro nº 103670172), **BENICAR ANLO 40/10MG**, possui registro na ANVISA (registro nº 1045401750014), **BISOPROLOL 5MG** possui registro na ANVISA (registro nº 100890384), **ASPIRINA PREVENT 100MG** possui registro na ANVISA (registro nº 170560022), conforme documentos anexos extraídos do sítio eletrônico oficial da autarquia) e o fato de não ser padronizado, segundo o Enunciado nº 04 do Aviso TJ nº 94 de 04/10/2010, não configura escusa legítima:

*“4. A obrigação dos entes públicos de fornecer medicamentos não padronizados, desde que reconhecidos pela ANVISA e por recomendação médica, compreende-se no dever de prestação unificada de saúde e não afronta o princípio da reserva do possível.”*

Como se adiantou, a Constituição Federal de 1988, extirpando a lógica anterior de uma cidadania regulada, elevou a saúde à condição de direito fundamental de todos e dever do Estado, competindo-lhe garantir de forma integral, igualitária e universal o acesso à saúde. Nesse passo, à luz dos princípios da máxima efetividade dos direitos fundamentais, da unidade, da força normativa

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**  
**Telefone: 24-2224-8250**  
**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

e da interpretação conforme a Constituição Federal, restrições de caráter infraconstitucional à concretização do direito fundamental e integral à saúde carecem de validade.

Sobretudo quando, refletindo o engessamento dos trâmites administrativos, obstam a utilização de novas e eficazes indicações terapêuticas pelos usuários do SUS ou traduzem critérios de custo-efetividade que refletem interesses econômicos secundários do Estado, inoponíveis ao valor maior da dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB/88). No ponto, não custa repetir, pela importância e clareza, o entendimento acolhido pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da STA nº 175-CE:

*“Quanto aos novos tratamentos (ainda não incorporados pelo SUS), é preciso que se tenha cuidado redobrado na apreciação da matéria. Como frisado pelos especialistas ouvidos na Audiência Pública, o conhecimento médico não é estanque, sua evolução é muito rápida e dificilmente suscetível de acompanhamento pela burocracia administrativa.*

**Se, por um lado, a elaboração dos Protocolos Clínicos e das Diretrizes Terapêuticas privilegia a melhor distribuição de recursos públicos e a segurança dos pacientes, por outro a aprovação de novas indicações terapêuticas pode ser muito lenta e, assim, acabar por excluir o acesso de pacientes do SUS a tratamento há muito prestado pela iniciativa privada. Parece certo que a inexistência de Protocolo Clínico no SUS não pode significar violação ao princípio da integralidade do sistema, nem justificar a diferença entre as opções acessíveis aos usuários da rede pública e as disponíveis aos usuários da rede privada. Nesses casos, a omissão administrativa no tratamento de determinada patologia poderá ser objeto de impugnação judicial, tanto por ações individuais como coletivas”** (Destacamos).

É ler os arts. 19-Q e 19-R da Lei nº 8.080/90 e os arts. 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.646/2011 para compreender o raciocínio acima exposto e trilhado pela Corte Maior:

“Art. 19-Q. A incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**  
**Telefone: 24-2224-8250**  
**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

terapêutica, são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

§ 1º A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, cuja composição e regimento são definidos em regulamento, contará com a participação de 1 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional de Saúde e de 1 (um) representante, especialista na área, indicado pelo Conselho Federal de Medicina.

§ 2º O relatório da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS levará em consideração, necessariamente:

I - as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo, acatadas pelo órgão competente para o registro ou a autorização de uso;

II - a avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas, inclusive no que se refere aos atendimentos domiciliar, ambulatorial ou hospitalar, quando cabível.

Art. 19-R. A incorporação, a exclusão e a alteração a que se refere o art. 19-Q serão efetuadas mediante a instauração de processo administrativo, a ser concluído em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contado da data em que foi protocolado o pedido, admitida a sua prorrogação por 90 (noventa) dias corridos, quando as circunstâncias exigirem.

§ 1º O processo de que trata o caput deste artigo observará, no que couber, o disposto na Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e as seguintes determinações especiais:

I - apresentação pelo interessado dos documentos e, se cabível, das amostras de produtos, na forma do regulamento, com informações necessárias para o atendimento do disposto no § 2º do art. 19-Q;

II - (VETADO);

III - realização de consulta pública que inclua a divulgação do parecer emitido pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS;

IV - realização de audiência pública, antes da tomada de decisão, se a relevância da matéria justificar o evento” (Destacamos).

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**

**Telefone: 24-2224-8250**

**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

“Art. 15. A incorporação, a exclusão e a alteração pelo SUS de tecnologias em saúde e a constituição ou alteração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas serão precedidas de processo administrativo.

§ 1º O requerimento de instauração do processo administrativo para a incorporação e a alteração pelo SUS de tecnologias em saúde e a constituição ou alteração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas deverá ser protocolado pelo interessado na Secretaria-Executiva da CONITEC, devendo ser acompanhado de:

I - formulário integralmente preenchido, de acordo com o modelo estabelecido pela CONITEC;

II - número e validade do registro da tecnologia em saúde na ANVISA;

III - evidência científica que demonstre que a tecnologia pautada é, no mínimo, tão eficaz e segura quanto aquelas disponíveis no SUS para determinada indicação;

IV - estudo de avaliação econômica comparando a tecnologia pautada com as tecnologias em saúde disponibilizadas no SUS;

V - amostras de produtos, se cabível para o atendimento do disposto no §2º do art. 19-Q, nos termos do regimento interno; e

VI - o preço fixado pela CMED, no caso de medicamentos.

Art. 17. As deliberações do Plenário da CONITEC para cada processo serão convertidas em registros, separados por tipo de recomendação, numerados correlativamente e subscritos pelos membros presentes na reunião, na forma de relatório.

Art. 18. O relatório de que trata o art. 17 levará em consideração:

I - as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo, acatadas pelo órgão competente para o registro ou a autorização de uso;

II - a avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas, inclusive no que se refere aos atendimentos domiciliar, ambulatorial ou hospitalar, quando cabível; e

III - o impacto da incorporação da tecnologia no SUS”  
(Destacamos).

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**

**Telefone: 24-2224-8250**

**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

É de ressaltar que, para ser incorporado e dispensado pelo SUS, o medicamento deve ser previamente registrado na ANVISA. Sobre este procedimento, vale conferir o disposto nos arts. 12 e 16 da Lei nº 6.360/76. E pela clareza com que trata do tema, parte da Nota Técnica nº 56/2015/SUMED/ANVISA, *in verbis*:

“Art. 12 - Nenhum dos produtos de que trata esta Lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde.

§ 1º A Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - definirá por ato próprio o prazo para renovação do registro dos produtos de que trata esta Lei, não superior a 10 (dez) anos, considerando a natureza do produto e o risco sanitário envolvido na sua utilização.

Art. 16. O registro de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, dadas as suas características sanitárias, medicamentosas ou profiláticas, curativas, paliativas, ou mesmo para fins de diagnóstico, fica sujeito, além do atendimento das exigências próprias, aos seguintes requisitos específicos:

I - que o produto obedeça ao disposto no artigo 5º, e seus parágrafos.

II - que o produto, através de comprovação científica e de análise, seja reconhecido como seguro e eficaz para o uso a que se propõe, e possua a identidade, atividade, qualidade, pureza e inocuidade necessárias;

III - tratando-se de produto novo, que sejam oferecidas amplas informações sobre a sua composição e o seu uso, para avaliação de sua natureza e determinação do grau de segurança e eficácia necessários;

IV - apresentação, quando solicitada, de amostra para análises e experiências que sejam julgadas necessárias pelos órgãos competentes do Ministério da Saúde;

V - quando houver substância nova na composição do medicamento, entrega de amostra acompanhada dos dados químicos e físico-químicos que a identifiquem;

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**

**Telefone: 24-2224-8250**

**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**







## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

VI - quando se trate de droga ou medicamento cuja elaboração necessite de aparelhagem técnica e específica, prova de que o estabelecimento se acha devidamente equipado e mantém pessoal habilitado ao seu manuseio ou contrato com terceiros para essa finalidade”.

“Esta Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem recebido dezenas de questionamentos relacionados ao fármaco fosfoetanolamina, isto posto, visando um melhor esclarecimento sobre a matéria, cabe-nos esclarecer:

2. Que o registro de medicamentos segue o disposto na Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos e outros produtos sujeitos à vigilância sanitária.

5. Fundamental destacar que a concessão de registro sanitário consiste em ato administrativo vinculado, isto é, dependente, de maneira intrínseca, da prévia solicitação por parte do interessado na fabricação e comercialização do produto, o qual requeira a concessão desse registro para posterior avaliação da Agência. Para submissão de registro de medicamento com princípios ativos sintéticos ou semissintéticos, caso provável da FOSFOETANOLAMINA, faz-se necessário que o solicitante encaminhe para avaliação da Anvisa dossiê contendo, em linhas gerais, documentação administrativa, documentação de comprovação de qualidade, de comprovação de segurança e eficácia do medicamento objeto do registro, além da certificação de cumprimento dos princípios de Boas Práticas de Fabricação da linha em que esse será fabricado e as respectivas autorizações sanitárias para o funcionamento da empresa, de acordo com o disposto em legislação vigente.

6. **Para comprovação de segurança e eficácia são apresentados no dossiê de registro, dentre outros documentos, relatórios de estudos não clínicos (não realizados em seres humanos) e relatórios de estudos clínicos fase I,II e III (realizados em seres humanos).** A análise desses dados é pautada na relação benefício/risco do medicamento. São registrados os medicamentos cujos estudos comprovem que os benefícios superam os riscos. A fim de minimizar os riscos ou danos, é necessário que o medicamento seja de boa qualidade, seguro e eficaz, e que seja usado de forma racional.

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**  
**Telefone: 24-2224-8250**  
**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7. Importante esclarecer que antes de começar a testar novos medicamentos em seres humanos, devem ser realizados os estudos não clínicos, os quais são realizados em laboratórios e em animais de experimentação.

8. De forma geral, na pesquisa clínica de fase I, avalia-se a segurança e a toxicidade do produto em humanos. Esta fase é realizada na maioria das vezes em voluntários saudáveis. Na fase 2, inicia-se a pesquisa da eficácia do medicamento contra a doença, ou seja, se o medicamento funciona para tratar determinada doença. Ainda na fase II são obtidas informações mais detalhadas sobre a toxicidade. Somente se os resultados forem bons é que o medicamento será estudado em um estudo clínico fase III. Essa fase envolve um número muito maior de pacientes, geralmente é feita em vários centros de pesquisa de diferentes países. Somente depois disso é que o medicamento novo pode ser submetido à agência reguladora para que o pedido de registro seja avaliado. Já os estudos fase IV são realizados para se confirmar que os resultados obtidos na fase anterior (fase III) são aplicáveis em uma grande parte da população doente. Nesta fase, o medicamento já foi aprovado para ser comercializado.

**9. Cada uma dessas fases tem de ser aprovada pelos órgãos competentes, como o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e a Anvisa”.**

10. Além dos requisitos clínicos, para serem registrados no Brasil os medicamentos devem apresentar no dossiê garantias sobre a qualidade, o prazo de validade e condições de armazenamento. Estes requisitos são obrigatórios e o não cumprimento de especificações de qualidade consideradas imprescindíveis, pode resultar em sérias implicações na saúde dos pacientes. Dessa forma, para garantir a qualidade, a segurança e a eficácia dos medicamentos, a sua produção e liberação para o uso deve ser baseada no cumprimento da regulamentação sanitária” (NOTA TÉCNICA 56/2015/SUMED/ANVISA).

Como se vê, para ser dispensado pelo SUS, o medicamento necessita ser objeto de análise em dois processos administrativos morosos, complexos e caros: um, para registro na ANVISA (que demanda inúmeras fases antecedentes de pesquisa, não clínica e clínicas, dependentes de investimentos de alto custo); e outro, para incorporação pelo Ministério da Saúde. E este último,

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**  
**Telefone: 24-2224-8250**  
**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

que é submetido ao crivo da CONITEC, vale destacar, ainda considera avaliações econômicas que refletem interesses financeiros secundários do Estado.

Em tal contexto, é plenamente crível que um medicamento, cuja eficácia, efetividade, eficiência e qualidade já tenham sido constatadas pela ANVISA, não seja incorporado e dispensado pelo SUS. Basta cogitar, por exemplo, que ninguém solicitou, ainda, a sua incorporação ao Ministério da Saúde; que o procedimento administrativo ainda está em trâmite; que quem o solicitou, não soube instrumentalizar corretamente o procedimento administrativo; ou que, devido aos impactos econômicos no SUS, compreendeu-se não ser apropriada a sua incorporação.

Enfim, são inúmeras as possibilidades que podem justificar a não incorporação e a não dispensação de um medicamento pelo Ministério da Saúde. Mas que não podem, por certo, obstar o acesso integral à saúde garantido pela Constituição, fundamento de validade de todo o ordenamento jurídico. Sobretudo quando o medicamento já é amplamente utilizado, com êxito, no setor privado, e apenas inacessível aos usuários do SUS, como bem ressaltou o Supremo Tribunal Federal. Admiti-lo importaria em compactuar com odiosa e inadmissível discriminação no acesso integral e universal à saúde, em afronta aos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 3º, I, II, III e IV e art. 196 da CRFB/88).

Veja-se que, não se está a ignorar a importância da existência de procedimentos administrativos previstos em lei que busquem conferir segurança e racionalidade na distribuição de medicamentos. Tal rigor é necessário. Mas, como afirmou o próprio Supremo Tribunal Federal (e sustenta a doutrina de Robert Alexy), as exigências legais não são absolutas e devem ceder quando, no bojo de uma ponderação entre princípios, ficar demonstrado que elas traduzem, no caso concreto, interesses burocráticos e financeiros secundários e não legítimos que não podem prevalecer sobre os direitos fundamentais à saúde e à vida. Principalmente, quando existe o risco de irreversibilidade, como é o caso.

Em outras palavras, no caso, o medicamento possui registro na ANVISA (ou seja, sua eficácia, efetividade, eficiência e qualidade já foram demonstrados oficialmente), é ofertado pela iniciativa privada e, segundo relatório médico, indispensável para a manutenção da saúde e da vida do Autor, inexistindo alternativa terapêutica eficaz dispensada pelo SUS.

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**  
**Telefone: 24-2224-8250**  
**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**







## **DEFENSORIA PÚBLICA** DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

É o quanto basta, segundo a Constituição Federal, para que os Réus sejam compelidos a fornecer o medicamento ao Autor. Ponderados os interesses em jogo, a saída é uma só: a pro - cidadão, pro – saúde, pro-vida e pro-dignidade humana. A procedência do pleito é de rigor.

### **VI – DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA:**

Não há dúvida de que estão presentes, no caso, os requisitos da antecipação dos efeitos da tutela previstos no art. 300 do Código de Processo Civil:

- A probabilidade do direito decorre da prova inequívoca acostada aos autos (declaração expedida por médico oficial da rede pública de saúde, ofício remetido pela Defensoria Pública do Estado e resposta de consulta formulada diretamente ao sítio eletrônico da ANVISA) e das regras de experiência comum (é pública e notória, e tema recorrente em nossos Tribunais, a omissão do Estado em fornecer os medicamentos reclamados pela sociedade carente);
- da mesma forma, é incontestado o perigo de dano e risco ao resultado útil do processo uma vez que a demora no início do tratamento, como bem assinalou o Ministro Luiz Fux no aresto acima colacionado, pode acarretar a morte prematura do Autor, sem falar, é claro, na prorrogação da sua dor e sofrimento. Ainda que em seus últimos dias de vida, é de se ressaltar, o Autor deve ter a sua dignidade assegurada (art. 1º, III, da CRFB/88).

Até porque, é importante relembrar que antecipação dos efeitos da tutela em face da Fazenda Pública só é restringida nas hipóteses taxativamente previstas nas Leis nº 12.016/2009 e 8.437/92. E não é o caso.

### **VII – DO DESINTERESSE NA AUTOCOMPOSIÇÃO:**

Para os fins do disposto no art. 334, §5º, do CPC, o Autor afirma que não possui interesse na autocomposição da lide, haja vista que esta já foi tentada, sem êxito:

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**  
**Telefone: 24-2224-8250**  
**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- por meio da cópia do ofício expedido por esta Defensoria Pública e protocolizado junto à Farmácia Municipal de São José do Vale do Rio Preto.

### VII – DO PEDIDO:

Do exposto, é a presente para requerer a V. Exa:

a) a concessão do benefício da gratuidade de justiça e da prioridade na tramitação do feito, tendo em conta que a parte Autora é portadora de doença grave - diabetes;

c) a concessão da **ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA**, intimando-se, via **Oficial de Justiça**, o Secretário Estadual de Saúde e o Secretário Municipal de Saúde do Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ para que forneçam ao Autor, **no prazo máximo de 30 dias**, os medicamentos prescritos: **JARDIANCE 25MG (princípio ativo: empagliflozina)**, **BENICAR ANLO 40/10MG (princípio ativo: besilato de anlodipino)**, **BISOPROLOL 5MG (princípio ativo: hemifumarato de bisoprolol)**, e **ASPIRINA PREVENT 100MG (princípio ativo: ácido acetilsalicílico)**, na posologia e quantidade indicada, bem como outros medicamentos e produtos complementares e acessórios que, no curso da demanda, se façam necessários ao tratamento da moléstia do Autor (Enunciado nº 3 do AVISO TJ Nº 94/2010), sob pena de busca e apreensão dos mesmos, imposição de multa cominatória diária, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), e ainda, nos termos do Enunciado nº 2 do AVISO TJ Nº 94/2010 c/c arts. 297, 536, §1º, e 537 do CPC, do bloqueio em conta bancária da verba pública necessária para tanto;

d) a citação dos Réus para responderem à presente ação, sob pena de revelia;

e) a intimação do Ministério Público com atribuição para intervir no presente feito;

f) a procedência do pedido para condenar os Réus, de forma solidária, a fornecerem os medicamentos prescritos: **JARDIANCE 25MG (princípio ativo: empagliflozina)**, **BENICAR ANLO 40/10MG (princípio ativo: besilato de anlodipino)**, **BISOPROLOL 5MG (princípio ativo: hemifumarato de bisoprolol)**, e **ASPIRINA PREVENT 100MG (princípio ativo: ácido acetilsalicílico)**, na posologia e quantidade indicada, bem como

**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**  
**Telefone: 24-2224-8250**  
**dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br**





## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

outros medicamentos, produtos complementares e acessórios que se façam necessários ao tratamento da moléstia do Autor (Enunciado nº 3 do AVISO TJ Nº 94/2010), em prestações mensais e contínuas por tempo indeterminado, sob pena de busca e apreensão dos mesmos, imposição de multa cominatória diária, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), e ainda, nos termos do Enunciado nº 2 do AVISO TJ Nº 94/2010 c/c arts. 536, §1º, e 537 do CPC, do bloqueio em conta bancária da verba pública necessária para tanto; e

g) a condenação dos réus ao pagamento dos ônus da sucumbência, recolhendo-se as verbas honorárias, fixadas em seu grau máximo, ao Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública Geral deste Estado, nos termos da Lei nº 1.146/87 (Banco 001 – Banco do Brasil, Agência 2234-9/Conta Corrente 292.014-X, CNPJ 31.443.526.0001-70);

Protesta pela produção de prova documental suplementar, oral, testemunhal e pericial, se necessárias.

Dá-se à causa o valor de R\$3.128,40 (três mil, cento e vinte e oito reais e quarenta centavos).

Termos em que, pede deferimento.

São José do Vale do Rio Preto, 27 de abril de 2023.

**Karine E. L. Rodrigues**  
**Defensora Pública**  
**Mat. 969.596-6**  
*Assinada Eletronicamente*


**Endereço: Rua Senhor dos Passos, 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25780-000**  
**Telefone: 24-2224-8250**  
**[dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br](mailto:dpunicasaojose@defensoria.rj.def.br)**



## ATESTADO

Declaro que o Sr Robson Ribeiro Rampini é portador de Miocardiopatia Hipertensiva e necessita do uso contínuo dos medicamentos Olmesartana c/ Anlodipino de 40/10 mg e Bisoprolol 5 mg/ dia (ambos).

São José do Vale do Rio Preto - RJ, 31 de março de 2022.

  
FABIO JOSE CHRISTO WEINSCHUTZ  
MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA  
CRM-RJ 460458



Laudo de Ecodopplercardiografia com mapeamento de fluxo a cores

Paciente: *Robson Ribeiro Rampini*

Examinador: Dr. Carlos Andrei S. Oliveira

Data: 04/04/19

Médico assistente: Dr(a) *Osmar Castro Neto*

Diâmetro da artéria aorta (AO):	30.5 mm
Diâmetro do átrio esquerdo (AE):	52.0 mm
Diâmetro do ventrículo direito na diástole (Rvd):	24.3 mm
Diâmetro do ventrículo esquerdo na diástole (LVDd):	60.3 mm
Diâmetro do ventrículo esquerdo na sístole (LVDs):	48.5 mm
Espessura do septo interventricular na diástole (IVSd):	13.9 mm
Espessura da parede posterior na diástole (Pw):	13.9 mm
Percentual de encurtamento sistólico (FS):	20 %
Fração de ejeção (EF):	40 %

Situs: *solitus* Conexões átrio-ventriculares e ventrículo-arteriais: *concordantes*

Átrio Direito: *Aumentado*

Átrio Esquerdo: *Aumentado*

Septo Interatrial: *Intacto*

Ventrículo Direito: *Dimensões normais. PAP estimada: 42 mmHg.*

Ventrículo Esquerdo: *Aumento da cavidade do VE. Hipertrofia moderada do VE. Contratilidade do VE difusamente reduzida.*

Septo Interventricular: *Intacto.*

Válvula Átrioventricular Direita: *Morfologia normal. Insuficiência tricúspide leve.*

Válvula Átrioventricular Esquerda: *Morfologia normal. Insuficiência mitral moderada a severa.*

Válvula Aórtica: *Morfologia normal. Função valvar preservada.*

Válvula Pulmonar: *Morfologia normal. Função valvar preservada.*

Aorta: *Aspecto normal.*

Artéria Pulmonar: *Aspecto normal.*

Pericárdio: *Aspecto normal.*

Conclusão: *Aumento das cavidades do AD, AE e do VE. Hipertrofia moderada do VE. Contratilidade do VE difusamente reduzida. Insuficiência mitral moderada a severa. Sinais de hipertensão pulmonar leve (PAP estimada: 42 mmHg).*

Dr. Carlos Andrei Oliveira  
CRM 5247484-5





**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA**

**DECLARO**, sob as penas da Lei, e **para os todos os fins de direito** que o(a) Sr(a) **ROBSON RIBEIRO RAMPINI**, brasileira, Casado(a), auxiliar de serviços gerais, RG nº 087738399 IFP/RJ, CPF nº 032.531.177-31, reside na **RODOVIA BIANOR MARTINS ESTEVES SERVIDÃO MIGUEL ALVES, 1073, CENTRO, SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ, CEP 25780000**, Tel. (24)22210507.

São José do Vale do Rio Preto, 18 de Janeiro de 2023.

Nome: ROBSON RIBEIRO RAMPINI

Identificação: 087738399

CPF: 032.531.177-31

Endereço: RODOVIA BIANOR MARTINS ESTEVES - SERVIDÃO MIGUEL ALVES

Assinatura: [assinatura]

Nº 1073 - BOA VISTA



**Vídeoendoscopia Digestiva Alta**

**Paciente:** Robson Ribeiro Rampini  
**Sexo:** Masculino **Idade:** 50

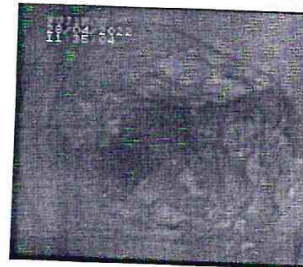
**Data:** 28/04/2022  
**Aparelho:** Fujinon Epx 4400

**Laudos**

**Indicação:** Síndrome dispéptica, VÔMITOS E EMAGRECIMENTO

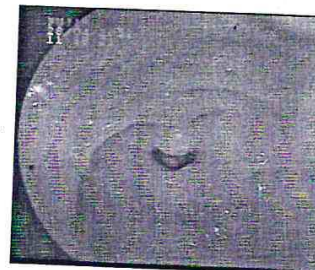
**Esôfago:**

Calibre e peristaltismo preservados  
Mucosa com enantema, edema, e diversas placas brancas aderidas em 1/3 médio e distal da mucosa do esôfago, maiores que 2mm, algumas confluentes e elevadas, com discretas áreas de ulcerações  
Linha Z de limites precisos, coincidente com pinçamento diafragmático. Reflexo emético presente durante o exame.



**Estômago:** Lago mucoso: biliar

Orifício Hiatal competente à manobra de retroversão  
Fundo e corpo: mucosa rósea, elasticidade preservada, pregueado normal  
Volume e distensibilidade normais, mucosa de corpo com pregueado, relevo normais, incisura angular sem alterações  
Antro: mucosa com edema e enantema difusos com algumas lesões erosivas elevadas próximas ao piloro  
Piloro: centrado e pérvio ao aparelho



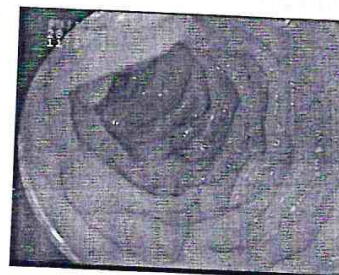
**Duodeno:** Bulbo elástico, anatômico  
Mucosa rosa e íntegra.  
Segunda porção normal



**Biópsia:** realizado teste de urease: **POSITIVO** - indicador da presença de bactéria H.pylori

**Resumo:**

**ESOFAGITE POR MONILÍASE SEVERA, KODSI III**  
**GASTRITE ENDOSCÓPICA EROSIVA ELEVADA MODERADA DE ANTRO**



*Dr. Rodrigo Andrade Vaz*  
Dr. Rodrigo Andrade Vaz  
52.86018-2

End.: Praça João Werneck CEP 25780000 São José do Vale do Rio Preto-RJ tel.: (24) 2224-4585

Este laudo foi assinado eletronicamente por Dr. Rodrigo Andrade Vaz em 28/04/2022 às 11:50

Pag





**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**AFIRMAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA**

1. NOME: ROBSON RIBEIRO RAMPINI
2. NACIONALIDADE: brasileira
3. TELEFONE: (24)22210507
4. IDENTIFICAÇÃO: RG nº 087738399 IFP/RJ
5. CPF: 032.531.177-31
6. DOMICÍLIO: RODOVIA BIANOR MARTINS ESTEVES SERVIDÃO MIGUEL ALVES , 1073, CENTRO, SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ, CEP 25780000
7. PROFISSÃO: auxiliar de serviços gerais
8. RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL: R\$0
9. ISENT(A) NA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA: Sim
10. ESTADO CIVIL: Casado(a)

**AFIRMA**, ser pessoa necessitada (ou em situação de vulnerabilidade), com insuficiência de recursos para pagar a taxa judiciária, as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, na forma do artigo 115, do Decreto-lei Estadual nº 5/75, e do artigo 98, do Código de Processo Civil, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, pelo que faz jus ao direito constitucional fundamental a assistência jurídica integral e gratuita, indicando a Defensoria Pública para patrocinar seus interesses.

**DECLARA**, ainda, que os fatos contidos na exordial foram informados pelo(a) Assistido(a), razão pela qual são de responsabilidade do Declarante que possui ciência integral da Petição Inicial. Igualmente **DECLARA** estar ciente de que é seu dever comunicar alteração temporária ou definitiva de endereço residencial ou profissional sob pena de se presumir válida a intimação dirigida ao endereço que constar nos autos (Art. 238 parágrafo único e 274 parágrafo único do NCPC).

Declaro estar ciente que a falsa afirmação de hipossuficiência poderá acarretar em sanções.

Informo ainda que:

Benefício interrompido em 29 de Novembro 2022.

São José do Vale do Rio Preto, 18 de Janeiro de 2023.

DP ÚNICA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO -

Rua Senhor dos Passos, nº 46, Centro, São José do Vale do Rio Preto, CEP 25780000







NOME DO PACIENTE: ROBSON RIBEIRO RAMPINI ID: 25272  
DATA DE NASCIMENTO: 17/09/1971 SEXO: M  
Exame(s) Realizado(s): TC CRANIO OU SELA TURICA OU ORBITAS em 20/05/2022  
Executante: CAROLINA SALVIANO DE ABREU  
Observação: com contraste  
Exame anterior:

## TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANIO

**INDICAÇÃO:** Tontura.

**TÉCNICA:** Exame realizado em Aparelho de Tomografia Computadorizada Espiral com aquisição de imagens axiais de 2,5 mm de espessura no plano órbito-meatal, antes e após injeção venosa de contraste. Foi utilizada técnica para redução de artefatos na fossa posterior.

**RESULTADO:** As várias imagens realizadas mostram:

Estruturas ósseas visualizadas íntegras.

Cistos de retenções mucosas nos seios maxilares.

Conchas nasais bolhosas bilateralmente.

Desvio do septo nasal com convexidade para a direita.

**Ao nível infratentorial:** Área hipodensa, com perda da distinção branco-cinza, localizada no hemisfério cerebelar direito, circundada por halo de edema do tipo citotóxico.

O IV ventrículo é de calibre normal e mediano.

Cisternas basais sem alterações.

**Ao nível supra-tentorial:** Parênquima cerebral com coeficiente de atenuação normal. Após injeção de contraste endovenoso, não houve realces patológicos.

Cavidades ventriculares sem alterações.

Não há desvios da linha média.

Sulcos e fissuras cerebrais de aspecto normal para a idade.

Calcificações fisiológicas da glândula pineal e plexos coroides.

**CONCLUSÃO:** Quadro tomográfico do crânio compatível com:

- Área de infarto isquêmico recente comprometendo o hemisfério cerebelar direito.

- Cistos de retenções mucosas nos seios maxilares.

- Desvio do septo nasal com convexidade para a direita.

- Conchas nasais bolhosas bilateralmente.

CAROLINA SALVIANO DE ABREU  
CRM: 134.103- SP  
RQE: 50.739

\*DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE POR CAROLINA SALVIANO DE ABREU.

LAUDO RADIOLOGICO CRIADO EM 22/05/2022 18:05:21 (HORARIO DE BRASILIA)

\*Este documento contém informações de saúde identificáveis que são objeto de proteção legal. Esta informação destina-se ao uso exclusivo da instituição acima mencionada. Este é um exame complementar à consulta clínica. Descrições e hipóteses diagnósticas aqui contidas não devem ser analisadas isoladamente, mas correlacionadas com as demais informações (anamnese, exame físico e outros exames) pelo médico do paciente, a quem compete, exclusivamente, concluir o diagnóstico e decidir a conduta a ser seguida. O relator se coloca a disposição do médico para quaisquer esclarecimentos necessários. OBS: Exame verificado através de monitores de alta resolução.

DATA DA IMPRESSÃO 22/05/2022 18:05:28

Para esclarecimentos de dúvidas referentes ao laudo, entrar em contato via WhatsApp através do número:

(11) 97566 - 8782





Robson Ribeiro R. Lima

Ata da reunião

Ata para o dia 27/04/2023  
que o paciente acima citado  
Nasceu de 90 (noventa) dias de  
gestação de mãe e feto de 14.2  
por meio de cesárea  
C/S 10: I 10, I 50, E 14.1 + E 14.2  
B 37.8, K 30, ap 29, R 41  
N 18

R. Cel. Francisco Limongi, 125 - Loja 4 - Estação - São José do Vale do Rio Preto - RJ - CEP 25.780-000  
Tel: (24) 2224-4585  
CNPJ: 32.816.093/0001-13





## ALTA MÉDICA

ROBSON RIBEIRO RAMPINI  
06/05/2022

➤ DIAGNOSTICO DE INTERNAÇÃO :

# ESOFAGITE AVANÇADA POR MONILIASE, GASTRITE HPYLORI +.

➤ NO MOMENTO DA ALTA :

NO MOMENTO PACIENTE ESTAVEL HEMODINAMICAMENTE, AFEBRIL, EUPNEICO EM AA, HABITOS FISIOLÓGICOS PRESERVADOS, ACEITANDO BEM DIETA OFERECIDA. GLICEMIA CONTROLADA .

➤ EXAMES REALIZADOS QDO INTERNADO : EX CLINICO + EX FISICO + EX LABORAT + EX DE IMAGEM

➤ CONDUTA:

SEGUIR COM MEDICAMENTOS PRESCRITOS  
RETORNO SE PIORA CLINICA DO QUADRO  
ACOMPANHAMENTO CLINICO E AMBULATORIAL



Cardiologia Pediátrica - Ecodopplercardiograma Fetal - Ecocardiograma Adulto e Pediátrico - Ecodoppler Vascular

Laudo de Ecodopplercardiografia com mapeamento de fluxo a cores

Paciente: *Robson Ribeiro Rampini*

Examinador: Dr. Carlos Andrei S. Oliveira

Data: 17/11/22

Médico assistente: Dr(a) *Fabio José C Weinschütz*

Diâmetro da artéria aorta (AO):	36.8 mm
Diâmetro do átrio esquerdo (AE):	42.0 mm
Diâmetro do ventrículo direito na diástole (Rvd):	19.0 mm
Diâmetro do ventrículo esquerdo na diástole (LVDd):	59.8 mm
Diâmetro do ventrículo esquerdo na sístole (LVDs):	39.4 mm
Espessura do septo interventricular na diástole (IVSd):	11.8 mm
Espessura da parede posterior na diástole (Pw):	11.8 mm
Percentual de encurtamento sistólico (FS):	34 %
Fração de ejeção (EF):	62 %

Situs: *solitus* Conexões átrio-ventriculares e ventrículo-arteriais: *concordantes*

Átrio Direito: *Dimensões normais.*

Átrio Esquerdo: *Aumentado*

Septo Interatrial: *Intacto*

Ventrículo Direito: *Dimensões normais. Não foi possível estimar as pressões do VD.*

Ventrículo Esquerdo: *Aumento da cavidade do VE. Hipertrofia leve do VE. Contratilidades global e segmentar do VE preservadas. Sinais de déficit de relaxamento do VE.*

Septo Interventricular: *Intacto.*

Válvula Átrioventricular Direita: *Morfologia normal. Função valvar preservada.*

Válvula Átrioventricular Esquerda: *Morfologia normal. Insuficiência mínima.*

Válvula Aórtica: *Morfologia normal. Função valvar preservada.*


Válvula Pulmonar: *Morfologia normal. Função valvar preservada.*

Aorta: *Aspecto normal.*

Artéria Pulmonar: *Aspecto normal.*

Pericárdio: *Aspecto normal.*

Conclusão: *Aumento das cavidades do AE e do VE. Hipertrofia leve do VE. Contratilidades global e segmentar do VE preservadas. Sinais de déficit de relaxamento do VE.*

  
Dr. Carlos Andrei S. Oliveira  
CRM 5247484-5





# Orçamento

Nº: 1408790

## H.FERNANDES MARTINS LTDA

CNPJ: 03.968.790/0001-91

I.E.: 77069968

Endereço: RUA PROFESSORA MARIA EMILIA ESTEVES, 35

Bairro: CENTRO

Fone: (24)99269-2999

E-mail:

CEP: 25780970

Cidade: SAO JOSE DO VALE DO RIO P

Data: 28/02/2023 13:46

Forma Pgto.: PBM

Vendedor: ANDREA CARVALHO DA SILVA NEVE

Detalhe: Clube de Vantagens

Parcelas: 1

### Cliente

Nome: ROBSON RIBEIRO RAMPINI

Endereço: ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA - DE 7074 A 8458 - LADO PAR, 7394

Complemento:

Telefone: (49) 88066880

E-mail: ROBSONRAMPINI@YAHOO.COM.BR

CPF/CNPJ: 032.531.177-31

Bairro: NOGUEIRA

Cidade: PETRÓPOLIS-RJ

Celular:

### Itens

Cód. Barras	Produto	Fabricante	Qtd.	Preço	% Desc.	Total
7891106001946	ASPIRINA PREVENT 100MG C/ 30 CPR.	BAYER	1	22,67	19,98	18,14
7897411611030	BENICAR ANLO 40MG/10MG C/30 COMP. ADUL	DAIICHI-SANKYO	1	94,05	16,50	78,53
7896422522670	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5MG C/30 C	MEDLEY	1	56,04	41,01	33,06
7896026306188	JARDIANCE 25MG C/30CPR	BOEHRINGER	1	297,67	12,00	261,95
Total						391,68



18/11/22.



CEMEI

CENTRO MEDICO INTEGRADO

Isa Cerebino

Robson Rebeco Rampini

ALERGISTA

CARDIOLOGISTA

CIRURGIA GERAL

CIRURGIA INFANTIL

CLINICA GERAL

ELETROCARDIOGRAMA

FONOAUDIOLOGIA

GASTROENTEROLOGIA

GINECOLOGIA

LABORATÓRIO DE

ANALISES CLINICAS

MEDICINA TRABALHO

NUTRICIONISTA

OBSTETRÍCIA

PEDIATRIA

PNEUMOLOGISTA

PSICOLOGIA

ULTRA-SONOGRAFIA

VACINA

ENDOCRINOLOGISTA

REUMATOLOGISTA

RISCO CIRURGICO

ECOCARDIOGRAMA

ECODOPPLER

① Jardance 25mg U.O de  
fever 100 9 de manhã

② Benicar 40/10mg  
fever 01 de manhã

③ Bisoprolol 5mg  
fever 01 x dia

④ Gefix 400mg  
fever 01 x dia e jantar

⑤ Gefix 400mg  
fever 1 x dia

⑥ Aspirina 100mg  
fever 01 x dia

Rua Profª Maria Emilia Esteves, 57 - salas 305 a 308 - Centro  
São José do Vale do Rio Preto - RJ - Tel.: (24) 2224 - 4027 e 2224 - 2253  
Cel.: (24) 99217-8436 WhatsApp



# CEMEI – Centro Médico Integrado

Rua Prof. Maria Emília Esteves, n.º 57 salas 305 a 308 São José do Vale do Rio Preto – RJ  
CNPJ 01.887.372/0001-44. Insc. Municipal 56.0139 – Tels. (24) 99217-8436 e 2224-2253

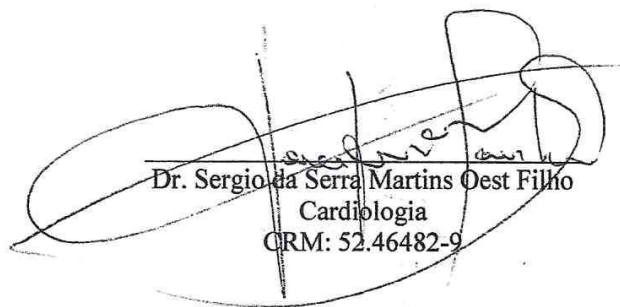
São José do Vale do Rio Preto, 22 de novembro de 2022.

Declaro para os devidos fins junto ao INSS que o Sr. Robson Ribeiro Rampini 51 anos, hipertenso de longa data (Estágio II), Diabético tipo II, apresentando alterações em órgãos alvo conforme laudos em anexo: respectivamente: Eco T.T com doppler que evidencia Insuficiência Cardíaca com fração de ejeção preservado, com aumento de cavidades esquerda (AE e VE), e Tomografia de crânio que confirma Área de infarto isquêmico recente comprometendo o hemisfério cerebelar direito. Paciente encontra-se em esquema terapêutico, atualizado conforme diretrizes atuais ( receita em anexo).

Devido ao quadro apresentado o mesmo deverá permanecer afastado de suas atividades laborativas por um período não inferior há 6 (seis) meses para continuidade de seu tratamento.

CID : I10 + E11 + I50

A disposição,



Dr. Sergio da Serra Martins Oest Filho  
Cardiologia  
CRM: 52.46482-9





Wilson Ribeiro Campini

Paciente em tratamento neurológico

por ter sido vítima de acidente vascular  
encefálico de tipo cerebelar, evidente à  
fe de vista de 24/5/2022 (sem anexo).  
Sintomas em fase por tempo indeterminado  
(CID I64) Doença cerebelar

04/02/2022  
Marcos Cezar  
Neurologia  
CRM-RJ 52.584.33-4

(24) 2224-1490 cer\_reabilitacao@yahoo.com.br @cer.saojose

Rua Antônio Coelho Guerra, 18, Nivel 2 - Centro - São José do Vale do Rio Preto - RJ.

CEP: 25.780-000 - Insc. Mun. 56.0286 - CNPJ: 09.260.355/0001-94





**DROGARIA BABY LTDA**  
CNPJ: 27.121.417/0001-69  
I.E.: 80.681.51-8  
RUA PROF. MARIA EMILIA ESTEVES, 52 CENTRO  
SAO JOSE DO RIO PRETO - RJ 25780-000  
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE CONSUMIDOR ELETRONICA  
Fonte: 2224-1038

#	Cód	Descrição	Qtd	Un	Vi Unit.	Vi Total
001	015103	JARDIANCE 25 MG 30 CP	1	UN	297,67	297,67
002	015070	BENICAR ANLO 40/10	1	UN	94,05	94,05
003	023692	CONCARDITO 5 MG 30 CP	1	UN	94,85	94,85
004	004919	ASPIRINA 100 MG PREVENT C/30	1	UN	22,67	22,67
<b>QTD. TOTAL DE ITENS</b>						<b>004</b>
<b>VALOR TOTAL R\$</b>						<b>509,24</b>
<b>FORMA DE PAGAMENTO</b>						<b>Valor Pago</b>
<b>Dinheiro</b>						<b>509,24</b>

Consulte pela Chave de Acesso em  
www.fazenda.rj.gov.br/nfoe/consulta  
3323 0227 1214 1700 0169 8500 1000 0723 0016 4192  
5500

**CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO**  
NFC-e nº 000072300 Série 001 28/02/2023 13:45:24  
Protocolo de Autorização: 33323045484608  
Data de Autorização 28/02/2023 13:45:25



FORMA PAGAMENTO : A VISTA  
DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP, OPTANTE  
PELO SIMPLES NACIONAL, NAO GERA DIREITO A  
CREDITO DE IPI.

Valor Aprox. dos Tributos:  
Federal: R\$ 68,50 e Estadual: R\$81,66 - (31,45%)  
Fonte: IBPT/empresometro.com.br 33EAB0  
Oper.: MONICA Ordem: 278084

PROCON-RJ TEL 151 RUA DA AJUDA, 5 - CENTRO -  
RIO DE JANEIRO/CODECON ALERJ TEL 0800 282 7060  
RUA DA ALFANDEGA, 8 TERREO - CENTRO - RIO DE  
JANEIRO

Tributos Totais Incidentes(Lei Federal 12.741/12): R\$  
180,16  
Projeto ACBr - www.projetoacbr.com.br

RUA CENTRAL DO VALE  
RUA PROFESSORA MARIA EMILIA ESTEVES, 150  
O-SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO/RJ  
24)22240105 CNPJ:31.679.364/0001-73  
1: drogacentraldovale@gmail.com

ORÇAMENTO				
.: 28/02/2023 13:34:17		Nr.DAV:		000000202
Item	Descrição	Pz. Unit.	Desc %	Vr. Total
32	JARDIANCE 25MG C/30			UN
	De R\$595,34 por R\$595,34			595,34
2	297,67			UN
21	BENICAR ANLO 40/10MG CPR 1X30			UN
	De R\$94,05 por R\$94,05			94,05
1	94,05			UN
57	FUM BISOPROLOL 5MG C/30 COMP EMS			UN
	De R\$107,78 por R\$107,78			107,78
1	107,78			UN
36	ASPIRINA CPR PREVENT 100 MG C/30			UN
	De R\$22,67 por R\$22,67			22,67
1	22,67			UN
SubTotal:				819,84
Acrésc.:				0,00
Total:				819,84

000004- JULIA TEIXEIRA COSTA

### Situação das Declarações IRPF 2022

Prezado Contribuinte (CPF 032.531.177-31),

ROBSON RIBEIRO RAMPINI

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

**[Clique aqui para avaliar esse serviço](#)**

Em Brasília - DF 07/12/2022 - 16:28:23

**Voltar**

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, **[clique aqui](#)**.



**DROGARIA BABY LTDA**

CNPJ: 27.121.417/0001-69

I.E.: 80.681.51-8

RUA PROF. MARIA EMILIA ESTEVES, 52 CENTRO  
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO - RJ 25780-000

Fone: 2224-1038

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE CONSUMIDOR ELETRONICA

#	Cód	Descrição	Qtd	Un	Vi Unit.	Vi Total
001	015103	JARDIANCE 25 MG 30 CP	1	UN	297,67	297,67
002	016070	BENICAR ANLO 40/10	1	UN	94,05	94,05
003	023692	CONCARDIO 5 MG 30 CP	1	UN	94,85	94,85
004	004919	ASPIRINA 100 MG PREVENT CPR C/30	1	UN	22,67	22,67

QTD. TOTAL DE ITENS

VALOR TOTAL RS

FORMA DE PAGAMENTO

Dinheiro

509,24  
509,24

Consulte pela Chave de Acesso em

[www.fazenda.rj.gov.br/nfce/consulta](http://www.fazenda.rj.gov.br/nfce/consulta)3323 0227 1214 1700 0169 6500 1000 0723 0018 4192  
5500

CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO

NFC-e nº 000072300 Série 001 28/02/2023 13:45:24

Protocolo de Autorização: 333230454844608

Data de Autorização 28/02/2023 13:45:25



FORMA PAGAMENTO : A VISTA

DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP, OPTANTE  
PELO SIMPLES NACIONAL, NAO GERA DIREITO A  
CREDITO DE IPI.

Valor Aprox. dos Tributos:

Federal: R\$ 68,50 e Estadual: R\$91,66 - (31,45%)

Fonte: IBPT/empresometro.com.br 33EAB0

Oper.: MONICA Ordem: 279084

PROCON-RJ TEL 151 RUA DA AJUDA, 5 - CENTRO -  
RIO DE JANEIRO/CODECON ALERJ TEL 0800 282 7060  
RUA DA ALFANDEGA, 8 TERREO - CENTRO - RIO DE  
JANEIROTributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741/12): R\$  
180,16Projeto ACBr - [www.projetoacbr.com.br](http://www.projetoacbr.com.br)**RIA CENTRAL DO VALE**RUA PROFESSORA MARIA EMILIA ESTEVES, 150  
O-SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO/RJ

24) 22240105

CNPJ: 31.679.364/0001-73

1: drogacentraldovale@gmail.com

**ORÇAMENTO**

.: 28/02/2023 13:34:17 Nr.DAV: 000000202

Id	Descrição	Un
32	JARDIANCE 25MG C/30	UN
	De R\$595,34 por R\$595,34	
2	297,67	595,34
21	BENICAR ANLO 40/10MG CPR 1X30	UN
	De R\$94,05 por R\$94,05	
1	94,05	94,05
57	FUM BISOPROLOL 5MG C/30 COMP EMS	UN
	De R\$107,78 por R\$107,78	
1	107,78	107,78
36	ASPIRINA CPR PREVENT 100 MG C/30	UN
	De R\$22,67 por R\$22,67	
1	22,67	22,67
am(s)	SubTotal:	819,84
idade(s)		
	Acrésc.:	0,00
	Total:	819,84

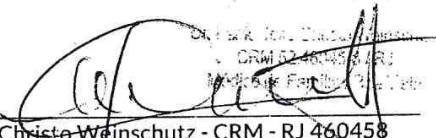
000004- JULIA TEIXEIRA COSTA



### ATESTADO

Declaro que o pac Robson Ribeiro Rampini é portador das patologias c/ CID 10 I10, I50, E11 e I64, necessitando do uso em forma contínua dos medicamentos: " Jardiance 25 mg" 1/2 cp /dia. "Benicar Anlo 40/10 mg" 01 cp/dia "Besoprolol 5 mg mg" 01 cp/dia. "Glifage XR 500 mg" 01 cp 2x/dia. "Gliconyl" 01 cp 2x/dia. "Aspirina Prevent 100 mg" 01 cp/dia.

São José do Vale do Rio Preto - RJ, 07 de dezembro de 2022



Fabio Jose Christo Weinschutz - CRM - RJ 460458  
MÉDICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA  
São José do Vale do Rio Preto - RJ, 07 de dezembro de 2022



NOTA FISCAL / CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA

AUT. SEPD Nº 08-2019/0000220-9



**RIO PRETO**

**ÁGUAS DO RIO PRETO**

Estrada Silveira da Mota, nº 25.755  
São José do Vale do Rio Preto - RJ - CEP: 25.760-000  
CNPJ: 72.109.219/0003-51 - I.E: 11.572.558  
Atendimento ao Cliente (24) 2224-1000

<b>MARCELA DINIZ BRANCO RAMPINI</b>		<b>MES/ANO: 10/2022</b>	
SERVIDAO MIGUEL ALVES, LT. 0, LT 4 - 1. CAS		NR. GUIA	
25780000, BOA VISTA SETOR PADRAO-RJ		001118798	
ROTA: 22		CATEGORIA	
COD. LIGACAO: 4863-7		1-RES;	
<b>DESCRICAO</b>		<b>VALOR</b>	
TARIFA DE AGUA		39,50	
DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
04/10/2022	03/11/2022	30/11/2022	R\$ 39,50
LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONSUMO FATURADO
234 m3	238 m3	4 m3	10 m3
MEDIA		5 m3	
NUMERO DO HIDROMETRO		NOSSE NUMERO	
0111880		89.00003564100-P	
AGENCIA-COD BENEFICIARIO			
OCCORRENCIA: 0-LEITURA NORMAL			
DADOS DOS ULTIMOS 12 MESES		NÃO DEIXE DE PAGAR SUAS CONTAS. TEMOS OPCOES PARA TE AJUDAR NESSE MOMENTO, PARCELE NO CARTAO DE CREDITO	
MES	CONSUMO (m3)	DATA	VALOR
09/2022	6	30	0,20
08/2022	5	30	0,17
07/2022	5	30	0,17
06/2022	7	30	0,23
05/2022	8	30	0,27
04/2022	5	30	0,17
03/2022	30	30	0,20
02/2022	10	30	0,20
01/2022	3	30	0,13
12/2021	10	30	0,23
11/2021	30	30	0,23
10/2021	30	30	0,20
ICMS		NÃO DEIXE DE PAGAR SUAS CONTAS. TEMOS OPCOES PARA TE AJUDAR NESSE MOMENTO, PARCELE NO CARTAO DE CREDITO	
BASE DE CALCULO (R\$)		ALICUOTA	IMPOSTO (R\$)
R\$ 0,00		0%	R\$ 0,00
RETENCAO DE TRIBUTOS (R\$): 0,00			
CONFORME Lei nº 741/12 Informamos o valor		PERIODO DA ANALISE:	
tributaria incidente sobre valor dos serviços de: 9,25%		01/09/2022 a 30/09/2022	
PARAMETRO	MEDIA DOS RESULTADOS	PADRAO DE POTABILIDADE	
CLORO	3.64	0,02 a 5,00	
COR	3.94	0,00 a 15,00	
COLI TERMO	0.00	0,00 a 0,00	
COLI TOTAL	0.00	0,00 a 0,00	
PH	8.49	6,00 a 9,00	
TURBIDEZ	0.12	0,00 a 5,00	





**Comunicação de Decisão**

29/11/2022 21:40:36

**NIT:** 133.24354.54-3

**Número do Benefício:** 639.088.685-7

**Espécie:** 31

**Número do Requerimento:** 214484727

**Ao Sr. (a):** ROBSON RIBEIRO RAMPINI

**Endereço:** ROD BIANOR ESTEVES, 1073 PX CAPELA, BOA VISTA

**CEP:** 25.780-000

**Município:** SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

**UF:** RJ

**Assunto:** Solicitação de Prorrogação de Benefício por Incapacidade.

**Decisão:** Indeferimento do Pedido

**Motivo:** Não Constatação de Incapacidade Laborativa

**Fundamentação Legal:** Art. 59 da Lei nº 8.213, de 24/07/1991; Artigos 71 e 77 e § 2º do Art. 78 do Decreto nº 3.048, de 06/05/1999; § 6º do Art. 75 do Decreto nº 3.048/1999, com redação dada pelo Decreto nº 8.691/2016.

Em atenção à sua Solicitação de Prorrogação de Benefício por Incapacidade, apresentada no dia 22/11/2022, informamos que não foi reconhecido o direito à prorrogação do benefício. O pagamento do seu benefício foi mantido até o dia 30/11/2022. Desta decisão poderá interpor Recurso, no prazo de 30 dias do recebimento desta comunicação, à Junta de Recurso do Conselho de Recursos do Seguro Social - JR/CRSS, pelo número de telefone 135 da Central de Atendimento do INSS ou pela internet no endereço eletrônico: meu.inss.gov.br.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

**Agência da Previdência Social:** PETROPOLIS

**Endereço:** R DOUTOR JOAQUIM MOREIRA S N BOSQUE DO IMPERADOR, CENTRO

**CEP:** 25.610-010

**Município:** PETROPOLIS

**UF:** RJ

**Termo de Responsabilidade:** Responsabilizo-me, sob as penas do Artigo 171 do Código Penal, pela veracidade da documentação apresentada para a solicitação do benefício acima descrito.  
Ciente, 29 de Novembro de 2022

Assinatura do Requerente / Representante Legal



Você pode conferir a autenticidade do documento em  
<https://meu.inss.gov.br/central/#/aberto/autenticidade/>  
com o código 221129O4Q86F50





**MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS



CARTEIRA DE TRABALHO E DE PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 95633  
Série 10084

ASSINATURA DO PORTADOR

Polegar Direito

**REVOGADO  
P/ LEI 8260  
DE  
12-12-91**

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado: Não deixe que "entendidos" e "curiosos" corram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém, mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispoem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.







Robson Roberto Rompini

Muscul:

Citicolina 500g —  
1 cp 3x ao dia

23/6/2022  
Marcos Cinza  
Neurologia  
CRM-RJ 52.594.33-4

(24) 2224-1490 cer\_reabilitacao@yahoo.com.br @cersaojose

Rua Antônio Coelho Guerra, 18, Nível 2 - Centro - São José do Vale do Rio Preto - RJ.

CEP: 25.780-000 - Insc. Mun. 56.0286 - CNPJ: 09.260.355/0001-94



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
**ROBSON RIBEIRO RAMPINI**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
0877383991FPRJ

CPF  
032.531.177-31 DATA NASCIMENTO  
17/09/1971

FILIAÇÃO  
CARLOS RIBEIRO RAMPINI  
SILVIA LUCIA ALVES  
RAMPINI

PERMISSÃO  
ACI CAT. 149

Nº REGISTRO  
04967176384 VALIDADE  
01/02/2028 1ª HABILITAÇÃO  
19/06/2010

Observações

*Robson Rampini*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
SAO JOSE DO V. DO RIO PRET, RJ DATA EMISSÃO  
03/02/2021

*Adolpho Konder*  
ASSINATURA DO EMISSOR

16101197294  
RJ097223573

RIO DE JANEIRO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
2107225396

PROIBIDO PLASTIFICAR  
2107225396

